



GOVERNO DE
PORTUGAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA

Contrato de Autonomia



DGEste
Direção Geral dos
Estabelecimentos Escolares

Direção de Serviços da Região Norte



**GOVERNO DE
PORTUGAL**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E CIÊNCIA**



**ESCOLA SECUNDÁRIA/3
BARCELINHOS**



CONTRATO DE AUTONOMIA

PREÂMBULO

1. CARATERIZAÇÃO DA ESCOLA

A escola situa-se no concelho de Barcelos, freguesia de Barcelinhos, na margem esquerda do rio Cávado, numa zona com forte tradição rural, embora com expansão de pequenas e médias empresas nas áreas têxtil e calçado. A maioria dos alunos é oriunda desta margem sul do rio, sendo apenas cerca de 3% dos alunos oriundos da outra margem.

No ano letivo 2012/2013, o número de alunos da escola foi de 826, distribuídos por 36 turmas, sendo 223 alunos do 3º ciclo, distribuídos por oito turmas e 603 no secundário, constituindo vinte e oito turmas, sendo 17 dos cursos científico-humanísticos, 2 do curso tecnológico de desporto e 9 turmas dos cursos profissionais.

Relativamente à ação social e aos auxílios económicos, 52% dos alunos beneficiam de apoios de escalão A e B. Quanto a tecnologias de informação e comunicação, 94% dos alunos do ensino básico e 86% do ensino secundário possuem computador e *internet* em casa. Segundo os indicadores referentes à formação académica dos pais dos alunos, verifica-se que, no ensino básico, 2% têm formação superior e 11% secundária e superior e, no ensino secundário, 3% têm formação superior e 5% secundária e superior. Ao nível da ocupação profissional, 5,6% dos pais dos alunos do ensino básico e 4% do ensino secundário exercem atividades profissionais de nível superior e intermédio.

O corpo docente é constituído por 82 professores, sendo 90% dos quadros, dos quais 96% lecionam há 10 ou mais anos. O pessoal não docente é composto por 33 elementos, tendo todos contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e 94% têm 10 ou mais anos de serviço, sendo 26 assistentes operacionais, 6 assistentes técnicos e um chefe de administração escolar.

2. RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO

A ação da equipa de autoavaliação da escola foi-se ajustando desde a sua criação. Assim, a avaliação externa realizada em 2008/2009 considerou o domínio da avaliação interna como o mais débil. Correspondendo às exigências do IGEC, a comissão de autoavaliação ficou mais atenta à elaboração do quadro *SWOT* e à construção de um plano de melhoria estruturado.



Com a remodelação do modelo de avaliação da biblioteca escolar, em 2009/2010, a comissão seguiu os instrumentos criados pelo Gabinete RBE e dedicou-se a ajudar a Biblioteca/CRE na sua autoavaliação.

A partir do ano letivo 2010/2011, para além da reformulação do grupo de trabalho da comissão de autoavaliação, a escola adotou o modelo da escola XXI como forma de preparação para entrada no modelo de avaliação PAR (Projeto de Avaliação em Rede), promovido pela Universidade do Minho.

Nesse ano, a equipa analisou e avaliou todos os pontos previstos no decreto lei 31/2002, elaborando de seguida um plano de melhoria que foi implementado e avaliado no ano seguinte. As principais melhorias sugeridas foram: criação de horas de estudo acrescentado para todos os alunos às disciplinas cujos resultados queríamos melhorar tanto no ensino básico como secundário; elaboração de testes de aferição; criação de equipas pedagógicas para fomentar o trabalho colaborativo; aumento de preocupação com os processos na escola como os modelos de documentos; modificação do nosso código de conduta com a criação do GAMC, entre outros.

Balizado o âmbito de avaliação para o ano letivo 2011/2012, a CAA focalizou-se no trabalho colaborativo entre professores, realizou-se o referencial e procedeu-se a pesquisas bibliográficas, analisaram-se os documentos internos, o projeto educativo e o regulamento interno, bem como documentos externos, a legislação e investigação científica neste campo. O referencial foi analisado e aprovado pelo PAR e pelo Conselho Pedagógico. A partir dos quadros *SWOT* do relatório final, elaborou-se o plano de melhoria para o ano lectivo seguinte. A comissão de autoavaliação refletiu sobre a avaliação que obteve na última inspeção e redefiniu as estratégias, envolvendo progressivamente todos e analisando todos os setores da escola, atuando sempre numa perspetiva de melhoria de modo a ajudar a Escola na sua melhoria contínua.

No ano letivo de 2012/2013, a equipa procedeu à identificação e delimitação do campo a avaliar que foi «processos de liderança», aplicou inquéritos à comunidade educativa e fez a sua análise, tendo apresentado um plano de melhoria, cujos pontos essenciais são i) Afixar nas salas de aula o código de conduta do estudante. ii) Promover junto dos auxiliares a necessidade de participarem no plano anual de atividades com atividades de sensibilização dos alunos. Iii) Envolver os auxiliares transmitindo-lhes os objetivos da escola e promovendo a sua participação ativa na prossecução desses objetivos. iv) Melhorar a comunicação com os pais e EE e auxiliares, fazendo com que conheçam e “vivam” os problemas da escola. v) Fazer uma reflexão no final do ano letivo (“jornadas pedagógicas/didáticas”).

A equipa de AA colabora com a comissão de análise dos resultados escolares, a nível interno e externo, gerando quadros de resultados e análise dos mesmos conforme se ilustra a seguir.



Quadro 1 - Taxas de Transição e Conclusão - Ensino Básico Regular
2009/10, 2010/11, 2011/12, 2012/13

Ensino Básico Regular - Escola								
	7.º ano		8.º ano		9.º ano		3.º ciclo	
	Escola	Escolas públicas	Escola	Escolas públicas	Escola	Escolas públicas	Escola	Escolas públicas
2009/10	92,2%	83,1%	93,1%	88,4%	85,4%	85,7%	90,4%	85,6%
2010/11	98,7%	83,9%	98,6%	89,3%	95,5%	85,4%	97,5%	86,1%
2011/12	97,4%	81,9%	97,4%	86,7%	80,0%	81,9%	91,8%	83,4%
2012/2013	98,2%		78,0%		95,4%		97,7%	

Quadro 2 - Taxas de Transição e Conclusão - Ensino Secundário Regular -
Cursos Científico/Humanísticos - Cursos Profissionais
2009/10, 2010/11, 2011/12, 2012/13

Ensino Secundário Regular - Cursos Científico/Humanísticos – Cursos Profissionais										
	10.º ano		11.º ano		12.º ano		Secundário		Cursos Profissionais	
	Escola	Escolas públicas	Escola	Escolas públicas	Escola	Escolas públicas	Escola	Escolas públicas	Escola	Escolas públicas
2009/10	91,2%	80,5%	97,3%	87,1%	94,7%	65,2%	94,1%	78,0%	89,6%	74,5%
2010/11	97,9%	81,3%	94,7%	86,0%	70,3%	61,2%	88,9%	76,5%	100,0%	66,4%
2011/12	95,7%	81,3%	93,8%	84,2%	79,0%	62,0%	89,4%	76,2%	100,0%	s.d.
2012/13	99,1%		97,3%		76,8%		91,4%		96%	

Quadro 3 - Exames do 9.º ano - Língua Portuguesa
2009/10, 2010/11, 2011/12, 2012/13

Ano letivo	Frequência	Exame (Escola)	Exame (Nacional)	% Positivas (Escola)	% Positivas (Nacional)
2009/10	3,2	3,0	3,0	74	72
2010/11	3,1	2,8	2,8	60	58
2011/12	3,0	2,9	2,9	70	67
2012/13	3,4	2,8	s.d.	53	48



Quadro 4 - Exames do 9.º ano - Matemática
2009/10, 2010/11, 2011/12, 2012/13

Ano letivo	Frequência	Exame (Escola)	Exame (Nacional)	% Positivas (Escola)	% Positivas (Nacional)
2009/10	3,1	2,8	2,8	58	53
2010/11	3,2	2,5	2,5	40	41
2011/12	3,0	3,1	2,9	69	55
2012/13	3,3	2,6	s.d.	45	44

Quadro 5 - Exames do 11º ano - Biologia e Geologia
2009/10, 2010/11, 2011/12, 2012/13

Ano letivo	CIF	Média de Exame (Escola)	Média de Exame (Nacional)
2009/10	13,2	10,8	9,8
2010/11	13,7	11,3	11,0
2011/12	13,4	9,6	9,8
2012/13	12,4	9,6	8,4

Quadro 6 - Exames do 11º ano - Física e Química
2009/10, 2010/11, 2011/12

Ano letivo	CIF	Média de Exame (Escola)	Média de Exame (Nacional)
2009/10	12,9	8,4	8,5
2010/11	13,4	10,8	10,5
2011/12	13,0	7,6	8,1
2012/13	13,0	10,1	8,1

Quadro 7 - Exames do 12º ano - Português
2009/10, 2010/11, 2011/12, 2012/13

Ano letivo	CIF	Média de Exame (Escola)	Média de Exame (Nacional)
2009/10	13,3	12,9	11,0
2010/11	13,3	11,7	9,6
2011/12	14,4	11,4	10,4
2012/13	13,1	10,6	9,8



Quadro 8 - Exames do 12º ano - Matemática A
2009/10, 2010/11, 2011/12, 2012/13

Ano letivo	CIF	Média de Exame (Escola)	Média de Exame (Nacional)
2009/10	12,8	12,1	12,2
2010/11	13,2	9,8	10,6
2011/12	13,8	10,2	10,4
2012/13	12,1	9,2	9,7

Quadro 9 - Exames do 12º ano - História A
2009/10, 2010/11, 2011/12, 2012/13

Ano letivo	CIF	Média de Exame (Escola)	Média de Exame (Nacional)
2009/10	13,8	11,4	11,9
2010/11	14,7	11,8	10,5
2011/12	14,4	11,2	11,8
2012/13	13,3	10,1	10,6

3 - RESULTADOS DA AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação externa da Escola Secundária/3 de Barcelinhos, realizada pela equipa de avaliação da IGEC, na sequência da visita efetuada nos dias 11 a 12 de março de 2013, apresentou, a partir da análise dos documentos fundamentais da Escola, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevista, as seguintes apreciações:

Conclusões da equipa da IGEC, relativamente aos resultados académicos:

Tendo em consideração as variáveis do contexto económico, social e cultural, verifica-se que as taxas de conclusão dos 9º e 12º anos estão acima dos valores esperados.		
3º Ciclo (2010/2011)	Língua Portuguesa	A percentagem de classificações positivas obtidas nas provas finais está em linha com o valor esperado.
	Matemática	Está aquém do valor esperado.
Ensino secundário (2010/2011)	Português e História	As médias das classificações obtidas em exames nacionais estão acima dos valores esperados.
	Matemática	Estão em linha com o valor esperado.
Comparando os resultados académicos de 2010/2011, com os obtidos nas escolas do mesmo grupo de referência, verifica-se que as percentagens das classificações obtidas nas provas finais dos 9º e 12ºanos estão acima da mediana.		



3ºCiclo (2010/2011)	Língua Portuguesa	A percentagem de classificações positivas obtidas nas provas finais está acima da mediana.
	Matemática	Está próxima da mediana.
Ensino secundário (2010/2011)	Português	A média das classificações obtidas em exames nacionais está muito acima da mediana.
	História	A média das classificações obtidas em exames nacionais está acima da mediana.
	Matemática	Está próxima da mediana.
OUTROS RESULTADOS		
Ensino Profissional (2008/09 a 2011/12)	A taxa de sucesso global dos cursos profissionais é de 83,5%.	
Ingresso no Ensino Superior (2008/09 a 2011/12)	98% dos alunos que terminaram os cursos científico humanísticos; 20% dos cursos profissionais; 2% do curso tecnológico de Desporto.	

A mesma equipa elencou alguns pontos que representam áreas cujo desempenho da escola se situa num nível muito positivo, e alguns pontos que constituem áreas com margem de melhoria e merecem, por isso, atenção redobrada no plano de ação estratégica a implementar.

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho da Escola:

1. A análise sistemática dos resultados académicos, que tem contribuído para a definição e implementação de medidas de apoio nas disciplinas com menor sucesso, com efeito na melhoria dos resultados escolares.
2. O trabalho implementado na prevenção da indisciplina, proporcionando um ambiente educativo calmo e propiciador das aprendizagens.
3. A formação de equipas pedagógicas, com impacto positivo no trabalho colaborativo entre docentes.
4. O desenvolvimento da componente artística, estruturado em coerência com as atividades curriculares, com repercussões positivas nas aprendizagens dos alunos.
5. A oferta formativa intencionalmente pensada em função da inserção dos alunos no mercado de trabalho e com reflexos muito positivos na redução da taxa de abandono escolar.
6. As lideranças motivadas e mobilizadoras dos recursos internos e externos, com vista à execução do projeto educativo.
7. A gestão de recursos humanos com enfoque nas pessoas, potenciadora do desenvolvimento pessoal e organizacional.
8. Processo de autoavaliação consistente e sustentável com impacto na melhoria das práticas

educativas.

A equipa de avaliação entendeu que as áreas onde a Escola deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

1. A implementação de iniciativas que visem a implicação dos alunos na elaboração dos documentos norteadores da ação educativa, tendo em vista potenciar a sua colaboração nas decisões estruturantes da vida escolar.
2. A monitorização da implementação das estratégias delineadas para apoiar os alunos com necessidades educativas especiais, de modo a aferir o seu impacto nas aprendizagens.
3. A instituição de procedimentos sistemáticos de supervisão da prática letiva em sala de aula, enquanto processo destinado à melhoria da qualidade do ensino e de desenvolvimento profissional dos docentes.
4. A definição de metas sustentadas em indicadores que facilitem a monitorização regular do projeto educativo e promovam a eficiência e a eficácia da ação pedagógica.

A classificação obtida nos diferentes domínios avaliados no âmbito da avaliação externa foi a seguinte:

Parecer	Domínio	Avaliação
A ação da Escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.	RESULTADOS	MUITO BOM
	PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO	MUITO BOM
	LIDERANÇA E GESTÃO.	MUITO BOM

No âmbito do desenvolvimento do regime jurídico de autonomia da escola, consagrada pelo Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro, e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, e pela Portaria n.º 265/2012, de 30 de agosto, e demais legislação aplicável, o Ministério da Educação e Ciência (MEC), através da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares e a Escola Secundária/3 de Barcelinhos, celebram e acordam entre si o presente contrato de autonomia, que se rege pela regulação suprarreferida e ainda pelas cláusulas seguintes:



Cláusula 1ª

OBJETIVOS GERAIS

1. Valorizar o serviço público de educação, garantindo que todos os alunos beneficiem de boas condições de aprendizagem e de qualidade de ensino, com vista a melhorar o sucesso escolar e prevenir o abandono.
2. Flexibilizar o currículo e a organização escolar, de modo a rentabilizar os recursos e meios consignados, com vista a potenciar a escola com uma oferta educativa própria, adequada ao contexto regional e local, assegurando o prosseguimento de estudos ou a transição dos alunos para a vida ativa.
3. Desenvolver ações específicas que promovam a equidade, proporcionando o apoio aos alunos com dificuldades psicossociais, de aprendizagem ou outras, bem como projetos e atividades que fomentem a excelência, a inovação e o empreendedorismo, preparando os alunos para o exercício pleno da cidadania e para o futuro profissional.

Cláusula 2ª

OBJETIVOS OPERACIONAIS

1. Manter a taxa de abandono escolar próxima do valor zero.
2. Situar a taxa de Transição e Conclusão do Ensino Básico duas décimas (0,2) acima do valor esperado (91,3).
3. Situar a taxa de Transição e Conclusão do Ensino Secundário, Cursos Profissionais, em 90%.
4. Situar a taxa de Transição e Conclusão do Ensino Secundário duas décimas (0,2) acima do valor esperado (63,8).
5. Aumentar, no ensino básico, a percentagem de classificações positivas em Língua Portuguesa no exame nacional para 54,0%.
6. Aumentar, no ensino básico, a média das classificações de exame nacional em Língua Portuguesa para 2,9.
7. Aumentar, no ensino básico, a percentagem de classificações positivas em Matemática no exame nacional para 46,0%.
8. Aumentar, no ensino básico, a média das classificações de exame nacional em Matemática para 2,7.
9. Aumentar, no ensino secundário, a média de classificações de exame nacional em Português (0,2) duas décimas (9,8).
10. Aumentar, no ensino secundário, a média de classificações de exame nacional em Matemática A (0,2) duas décimas (9,4).



11. Aumentar a média de classificações de exame nacional em História A (0,2) duas décimas (10,3).
12. Manter a média de classificação de exame nacional na disciplina de Biologia e Geologia duas décimas abaixo da média nacional, tendo em conta o nosso valor esperado.
13. Manter a média de classificação de exame nacional na disciplina de Física e Química duas décimas abaixo da média nacional.
14. Aumentar a média de classificação de exame nacional na disciplina de Matemática Aplicada às Ciências Sociais para duas (0,2) décimas abaixo da média nacional.
15. Fixar a média de classificações de exame nacional em Filosofia, Geografia A, Francês e Economia A, duas décimas (0,2) abaixo da média nacional.
16. Situar, no ensino básico, a percentagem de sucesso próxima dos 100%, nas disciplinas de Francês e Inglês, em alinhamento com a mesma percentagem da maioria das disciplinas.
17. Reforçar o papel das equipas pedagógicas na definição de estratégias para melhoria dos resultados, implementação de projetos, partilha de práticas, planificação de atividades letivas.
18. Melhorar as práticas educativas específicas e individualizadas de apoio a todos os alunos que dele necessitem.
19. Desenvolver ações de prevenção da indisciplina, através de medidas de caráter pedagógico e de responsabilização dos alunos e famílias e da divulgação de um código de conduta do aluno.
20. Implementar iniciativas que impliquem os alunos a colaborar nos documentos estruturantes da vida escolar.
21. Realizar uma atividade aglutinadora de todas as áreas com o contributo de toda a comunidade educativa, com o objetivo de promover a identidade da escola e divulgar competências artísticas e científicas dos alunos.
22. Criar espaços de reflexão e discussão sobre os desafios que se colocam à Escola, o perfil que se quer construir e o grau de cumprimento das metas estabelecidas no PEE e no presente contrato.
23. Fomentar formação a 50% do pessoal docente e não docente da Escola, em articulação com o CFAE.
24. Promover a educação para a cidadania social, intercultural e ambiental para todos os alunos do ensino básico, através da disciplina de Formação Cívica e Humana; e para os do ensino secundário, através de ações formativas específicas.
25. Proporcionar educação para a saúde e educação sexual a 100% dos alunos da escola, através do projeto PESES.
26. Criar espaços de encontros de trabalho entre docentes com cargos para implementar uma cultura de responsabilização das lideranças intermédias, desencadeando mecanismos de cooperação e articulação.



27. Criar as condições para a plena integração das tecnologias de informação e comunicação nas práticas educativas, aprofundando a sua utilização pedagógica.

Cláusula 3ª

PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICA

O plano de ação estratégica deve concretizar-se utilizando os recursos disponíveis na Escola/Agrupamento bem como aqueles que decorram da celebração do Contrato de Autonomia e no respeito pela legislação aplicável. Tendo em vista a concretização dos objetivos previstos nos Cláusulas 1ª e 2ª, desenvolve-se o seguinte plano estratégico,

1 - Fundamentação

Tendo em conta: i) os pontos fortes e áreas de melhoria apresentados pela equipa do IGEC, no relatório da avaliação externa da Escola, realizada em 11 e 12 de março de 2013; ii) o plano de melhoria apresentado pela equipa de autoavaliação, em julho de 2013; iii) as metas definidas no projeto educativo da Escola (PEE); iv) os objetivos operacionais definidos na cláusula 2ª, apresentam-se as linhas de atuação estratégica que a Escola pretende implementar.

2 - Calendarização

Pretende-se acionar as linhas de ação apresentadas, no ano letivo de 2013/2014. Tenciona-se aprofundar e aperfeiçoar os projetos, as ações e metas nele agora definidos, a partir de ano letivo de 2014/2015, consolidando-se o contrato de autonomia como processo dinâmico da ação da Escola, no ano letivo de 2015/2016.

**3 - Linhas gerais da ação estratégica a desenvolver**

Projetos/Atividades	Estratégias/Medidas	Recursos	Calendarização
1. “SEBES” – Sucesso e excelência básica secundário melhoria resultados escolares.	<p>- Adotar, no ensino básico, para as disciplinas com piores resultados, os seguintes mecanismos de gestão curricular e pedagógica:</p> <p>a) reforço de 1 tempo em Língua Portuguesa e Matemática nos 7º e 8º anos;</p> <p>b) reforço de 1 tempo em Inglês no 8ºano e de 1 tempo em Francês no 9ºano e;</p> <p>c) criação em Língua Portuguesa e Matemática, de 4 grupos de homogeneidade, com 6 tempos letivos e quatro professores de cada disciplina para as 3 turmas deste nível de ensino (1 professor para cada grupo).</p> <p>- Implementar, no ensino secundário, em todas as disciplinas com exame nacional, nos 11º e 12º anos, 1 tempo específico de reforço para superar as lacunas identificadas na análise da tipologia de questões de exame e conteúdos programáticos, constantes nos mesmos, onde os alunos demonstram maiores dificuldades:</p> <p>a) - Reforço de 1 tempo letivo, nas seguintes disciplinas do 11º ano:</p> <p>- Filosofia; Francês; Geografia; Matemática Aplicada às Ciências Sociais; Biologia e Sociologia; Física e Química A;</p> <p>b) Reforço de 1 tempo letivo, nas seguintes disciplinas do 12º ano:</p> <p>- Português, História A e Matemática A.</p> <p>- Proporcionar apoio individualizado aos alunos com dificuldades de aprendizagem, acionando os mecanismos adequados, com recurso preferencial ao apoio acrescido lecionado pelos professores titulares da turma.</p> <p>- Proporcionar apoio generalizado ao estudo, de acordo com</p>	<p>- Docentes dos departamentos envolvidos</p> <p>- Docentes com insuficiência de componente letiva</p> <p>- Crédito da Escola</p> <p>- Plano de Testes intermédios do GAVE</p> <p>- Plano de testes de aferição da Escola</p> <p>- Direção Executiva</p> <p>- Diretores de turma</p> <p>- Salas de estudo</p> <p>- Biblioteca</p> <p>1 Docente do grupo 300 e 1 docente do grupo 500, se e enquanto elegíveis e financiáveis pelo POPH</p>	<p>- Antes do início do ano letivo</p> <p>-Início do ano letivo</p> <p>- julho/setembro</p> <p>- setembro</p> <p>- outubro-novembro</p> <p>- 1º período</p>



	<p>as necessidades momentâneas dos alunos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Proporcionar aulas de recuperação para os alunos que denotem dificuldades na conclusão das disciplinas e/ou dos curso. - Monitorizar as aprendizagens através da adesão aos testes intermédias nas disciplinas onde se aplicam a nível nacional, e nas restantes, através da aplicação de testes de aferição. - Definir de critérios gerais e específicos de avaliação, bem como os respetivos instrumentos, de acordo com cada área disciplinar; - Dinamizar a participação e o empenho nas atividades desenvolvidas pela BE/CRE. 		<ul style="list-style-type: none"> - Final de cada período - Ao longo do ano letivo
2. « AS – Apoio e Saúde»	<ul style="list-style-type: none"> - Manter em funcionamento a Equipa de Apoio ao Aluno, que articula com todas as estruturas da escola, em particular com os diretores de turma, identificando os alunos com necessidades específicas, de modo a assegurar os mecanismos necessários de acompanhamento e tutoria. - Manter o projeto PESES, Projeto de Educação para a Saúde e Educação Sexual, associado à formação PRESSE (Programa Regional de Educação Sexual em Saúde Escolar), proporcionando a todos os alunos informação específica sobre saúde e educação sexual. - Solicitar a atribuição à escola de um docente do ensino especializado em educação especial para acompanhamento dos alunos com NEE (Necessidades Educativas Especiais) e 3 alunos com Currículo Específico Individual. - Contratualizar um técnico para os serviços de psicologia e orientação vocacional, através de candidatura a financiamento à medida 6.11 do POPH para colmatar as graves carências, particularmente de diagnóstico e acompanhamento psicológico dos alunos com NEE e dos alunos com dificuldades psicológicas, socioeducativas e socioafetivas e da orientação e/ou reorientação vocacional e, ainda, de prevenção de comportamentos de risco e de indisciplina. - Implementar o projeto «Como Estamos de Saúde», efetuando uma avaliação hematológica (glicemia, colesterol, 	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenadores dos projetos PESES e Equipa de apoio ao aluno - Equipas dos projetos PESES e Equipa de Apoio ao aluno - Unidade de Saúde de Barcelinhos - Diretores de turma - Coordenadores das equipas multidisciplinares - Alunos - Professor do ensino especial, recurso adicional a atribuir pelo MEC. - Técnico dos Serviços de 	<ul style="list-style-type: none"> - Início do ano letivo - Ao longo do ano letivo - Início do ano letivo



	<p>triglicerídeos, e alguns indicadores mineralógicos), antropométrica e motora da comunidade educativa, com vista ao estudo das características específicas dos alunos, por forma a corrigir desvios e estimular hábitos saudáveis de vida com consequências positivas para a saúde e a autoestima e consequente melhoria das aprendizagens e resultados académicos dos alunos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recorrer aos recursos humanos disponíveis na escola em parceria com a Unidade de Saúde de Barcelinhos. 	<p>psicologia, se e enquanto elegível e financiável pelo POPH</p> <ul style="list-style-type: none"> - Departamento de Expressões - CPCJ (Comissão de proteção de crianças e jovens de Barcelos) - Salas de Estudo - Gabinete do PESES 	<ul style="list-style-type: none"> - Ao longo do ano letivo
<p>3. «D'ARTEC - Desporto, Artes e Tecnologias e Cultura»</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Oferecer um conjunto de atividades de complemento curricular para ocupação sadia dos tempos livres e desenvolvimento de competências artísticas, desportivas, culturais, tecnológicas ou outras, cuja ação tenha implicações positivas nas aprendizagens dos alunos. - Consolidar e criar novos projetos, oficinas e clubes que envolvam ativamente os alunos na ocupação dos tempos livres. - Incentivar a prática desportiva. - Fomentar a participação em concursos regionais e nacionais nas diferentes áreas do saber. - Elaborar o plano de atividades culturais e literárias da BE/CRE em articulação com o PAA da escola. 	<ul style="list-style-type: none"> - Professores responsáveis. - Alunos inscritos - Empresas - Instituições - Clubes e oficinas - Desporto Escolar - Plano Nacional de Leitura - Professor Bibliotecário - Equipa da Biblioteca 	<ul style="list-style-type: none"> - Ao longo ano letivo
<p>4. Autoavaliação da escola.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Manter a equipa de autoavaliação que inclua os diversos atores educativos e que articule os diferentes dispositivos de avaliação; - Manter e desenvolver a parceria com a universidade do Minho, no âmbito de projeto PAR/PAASA no sentido de refletir sobre os modelos de avaliação adotados e proceder ao seu acompanhamento; - Fomentar a participação dos diversos atores educativos no 	<ul style="list-style-type: none"> - Instrumentos de recolha de dados - Inquéritos por questionário - Entrevistas - Análise documental - Docentes - Não docentes - Pais e Encarregados de 	<ul style="list-style-type: none"> - Início do ano letivo - setembro



	<p>processo de autoavaliação;</p> <ul style="list-style-type: none">- Implementar uma avaliação entre a autoavaliação, reflexão e melhoria.- Desencadear ações de melhoria nas diferentes áreas e estruturas tendo em vista a implementação de mudanças e maior eficácia dos serviços e melhoria dos resultados.	<p>Educação</p> <ul style="list-style-type: none">- Associação de Pais- Alunos- Universidade do Minho- Consultor da Universidade	<ul style="list-style-type: none">- setembro e ao longo do ano letivo
5. Plano de Formação da escola.	<ul style="list-style-type: none">- Elaborar um plano anual de formação pelo Conselho Pedagógico:<ul style="list-style-type: none">a) para o pessoal docente e não docente, de acordo com as necessidades identificadas e com as exigências da ação educativa.b) organizar sessões informativas para alunos e pais e EE incentivando a sua participação na vida escolar.- Desenvolver ações de formação que desenvolvam e aperfeiçoam a utilização das novas tecnologias na sala de aula e em todas as atividades da escola.- Dinamizar a formação no âmbito das Metas curriculares e participar na formação para classificação de provas de exame do 9º e 12º ano.	<ul style="list-style-type: none">- Formadores- Formandos- Centro de Formação- Plano Anual de Formação da Escola- Gave	<ul style="list-style-type: none">- Setembro/outubro- 1º e 2º períodos- Ao longo do ano letivo
6. Organização e	<ul style="list-style-type: none">- A duração de tempo de cada unidade letiva é de 45 minutos.- Proporcionar como oferta de escola Educação Tecnológica (1 tempo) e TIC (1 tempo), para o 7º e 8º ano, em articulação anual de 1+1, no respeito pela matriz curricular do 3.º ciclo.- Manter e reforçar a rede de parcerias com empresas e instituições locais e regionais, para concretização de componente curricular técnica e FCT (Formação em Contexto de Trabalho) dos cursos profissionais e para implementação de projetos específicos relacionados com a saúde, desporto, cultura ou outras áreas que visem a projeção e interação da escola com o meio envolvente.- Estabelecer parceria com a Câmara Municipal de Barcelos tendo em vista o desenvolvimento de projetos e atividades de apoio e complemento ao ensino profissional.- Reforçar e aprofundar a implementação de mecanismos conducentes à participação ativa dos alunos na elaboração dos documentos norteadores da ação educativa.	<ul style="list-style-type: none">- Órgãos e estruturas da Escola- Diretores de turma- Docente especializado em educação especial, recurso adicional a atribuir pelo MEC.- Coordenadores de curso e restantes estruturas de orientação educativa- Associação de pais e encarregados de educação	<ul style="list-style-type: none">- Início e fim do ano letivo- 1º período- 1º período e 2º períodos- 1º período e ano letivo



gestão escolar	<ul style="list-style-type: none">- Proporcionar uma oferta educativa diversificada de acordo com o contexto local e regional, tentando responder a todas as solicitações dos alunos, sem prejuízo da rede escolar relativa á oferta educativa/formativa que venha a ser definida com os serviços competentes do MEC.- Generalizar a utilização de metodologias ativas na prática letiva, coma a utilização da plataforma Moodle, e-mail, página Web da escola, quadros interativos e construção de materiais didáticos em suporte digital.-Realizar urgentemente obras estruturais de conservação e reparação das instalações escolares, visto que o edifício ainda não foi requalificado, dentro do quadro de execução do orçamento da Escola e/ou recorrendo a verbas geradas autonomamente e à participação de parceiros, sem prejuízo da obtenção do respetivo parecer técnico dos serviços competentes para o efeito.- Ceder as instalações escolares, a título gratuito ou oneroso, à comunidade para a realização de atividades culturais, desportivas, cívicas, ou de reconhecida necessidade.	<ul style="list-style-type: none">- Página web da Escola- Instituições- Empresas- Câmara Municipal de Barcelos- Recursos digitais- Pais e encarregados de educação	<ul style="list-style-type: none">- Ao longo do ano letivo
----------------	--	---	--



Cláusula 4º

Competências reconhecidas à escola

Com o presente contrato, o Ministério da Educação e Ciência reconhece à escola as seguintes competências para o desenvolvimento da sua autonomia.

1. Reorganizar e articular a abordagem dos conteúdos curriculares, segundo estruturas modulares flexíveis, minorando as consequências de uma grande diversidade e compartimentação dos saberes ao longo do ano letivo, no respeito pela matriz curricular do ensino básico / secundário.
2. Gerar e aplicar receitas geradas autonomamente pela Escola, no respeito pelas regras de contabilidade pública e orçamento de estado, investindo-as em recursos e projetos que melhorem as condições de ensino e aprendizagem, em benefício dos alunos.
3. Flexibilizar a organização do ano escolar, garantindo a sua fixação no início do ano, o cumprimento integral do número mínimo de dias de aulas e salvaguardando a guarda dos alunos, devendo, ainda, ser respeitado o calendário de exames nacionais.
4. Organizar e ajustar os planos de formação das ofertas formativas, respeitando os mínimos definidos nas matrizes curriculares e programas definidos a nível nacional, com liberdade para a seleção dos modelos pedagógicos, dos métodos de ensino e das técnicas de avaliação.
5. Constituir grupos de desenvolvimento diferenciado, flexíveis, de acordo com as necessidades específicas dos alunos, em função dos recursos humanos disponíveis na Escola, implicando esse processo a definição clara dos objetivos a atingir.
6. Proceder à contratação de entidades exteriores à Escola para tarefas de assistência e/ou manutenção de equipamentos, recorrendo a verbas próprias e no respeito pelas regras da Contratação e Contabilidade Pública e do orçamento de estado.
7. Adaptar e desenvolver modelos pedagógicos alternativos e inovadores em função dos recursos humanos disponíveis na Escola, com as consequências respetivas na organização do tempo, do espaço, dos métodos de ensino, dos materiais e da avaliação de todos os elementos organizativos, na sequência de experiências prévias avaliadas, sem prejuízo do legalmente estabelecido.
8. Converter o crédito horário em equivalente financeiro para investimento.

Cláusula 5ª

Compromissos da escola

Com vista a cumprir os objetivos gerais e operacionais constantes do presente contrato, a escola compromete-se e fica obrigada a:

1. Promover atividades tendentes à consciencialização da comunidade educativa para as questões ambientais e da promoção da educação para a saúde e segurança.



2. Manter, com as entidades representativas do meio social envolvente, um diálogo e colaboração permanentes, que permitam à Escola, por um lado, mobilizar recursos para a realização das suas atividades e, por outro, reforçar os mecanismos de integração da Escola na comunidade, tendo por base o quadro legal em vigor e desde que estes não apresentem encargos adicionais para o MEC.

3. Promover a melhoria progressiva da qualidade do ensino, dos processos e da respetiva organização, numa perspetiva de desenvolvimento e modernização da escola.

4. Oferecer atividades de apoio e reforço das aprendizagens a alunos em risco de insucesso ou alunos que pretendem melhorar o seu desempenho, em função dos recursos humanos disponíveis.

5. Realizar anualmente a autoavaliação, com divulgação à comunidade educativa dos resultados obtidos e das metas alcançadas, no sítio eletrónico da escola.

Cláusula 6ª

Compromisso do Ministério da Educação e Ciência

Pelo presente contrato, o Ministério da Educação e Ciência compromete-se e obriga-se a:

1. Proporcionar a consulta e o apoio à Escola nas questões de índole jurídica.
2. Tomar todas as decisões e medidas indispensáveis à viabilização do presente Contrato.
3. Autorizar a conversão do crédito horário em equivalente financeiro para investimento.
4. Dar prioridade à atribuição de crédito horário acrescido para projetos específicos que vierem a ser apresentados pela Escola, no âmbito do artigo 17.º do Diploma de OAL e portanto mediante prévia autorização dos mesmos.
5. Autorizar a contratação de um professor do ensino especial, grupo de recrutamento 910.

Cláusula 7ª

Compromissos com parceiros

1. A Escola compromete-se a celebrar, sempre que seja conveniente, com os diversos parceiros da comunidade, empresas, instituições e autarquia, os acordos, protocolos ou outros documentos equivalentes que se mostrem necessários ao desenvolvimento e à concretização do plano e projeto de autonomia constante do presente contrato, em condições e termos a definir com os mesmos.

Cláusula 8ª

Duração do contrato

1. O presente contrato de autonomia vigorará até ao termo do ano letivo 2015-2016.



2. O presente contrato pode ser revisto e alterado a todo o tempo, por acordo das partes, respeitando o requisito previsto na alínea a) do Artigo 6.º da Portaria n.º 265/2012, de 30 de agosto.

Cláusula 9ª

Acompanhamento e monitorização

1. A escola constitui uma estrutura permanente de acompanhamento e monitorização constituída pelo diretor da escola e por, pelo menos, dois docentes de carreira designados para o efeito, com as seguintes competências:

- a. Monitorizar o cumprimento e a aplicação do presente contrato e acompanhar o desenvolvimento do processo;
- b. Monitorizar o processo de autoavaliação da Escola;
- c. Produzir e divulgar o relatório anual de progresso;
- d. Constituir meio de interlocução com os serviços competentes do Ministério da Educação e Ciência.

Cláusula 10ª

Casos Omissos

Todas as matérias não reguladas no presente contrato serão regidas pela lei geral aplicável.



Assinaturas

O Diretor-Geral dos Estabelecimentos Escolares



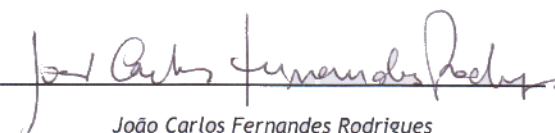
José Alberto Moreira Duarte

O Diretor da Escola Secundária de Barcelinhos



António Gonçalves de Carvalho
O DIRECTOR

O Presidente do Conselho Geral da Escola Secundária de Barcelinhos

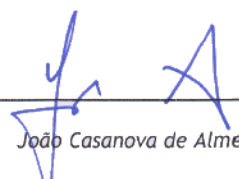


João Carlos Fernandes Rodrigues

Parceiros

Homologo

O Secretário de Estado do Ensino e Administração Escolar



João Casanova de Almeida